

Bairro da Quinta da Calçada

**MELHORES
CONDIÇÕES
DE VIDA**

REIVINDICAM

1200 HABITANTES

DO BAIRRO

DA QUINTA DA CALÇADA

Em plena Lisboa, junto à Cidade Universitária, fica o Bairro da Quinta da Calçada: 225 casas de fibrocimento, albergando cerca de 1200 habitantes, entre os quais se podem contar de 400 a 500 crianças.

Como solução provisória do problema habitacional de duas centenas de famí-

lias, a Câmara Municipal de Lisboa construiu o bairro, já lá vão mais de 30 anos. Anunciou-se na altura que as casas apenas serviriam por 10 anos. Trinta e seis anos depois elas ali estão, velhas como sempre estiveram, impróprias para habitação de homens, que cada vez mais vão sendo.

De noventa a trezentos escudos por mês paga cada família para viver no Bairro da Quinta da Calçada. Em troca, a Câmara Municipal de Lisboa dá-lhes dois ou três cubículos com dimensões que não excedem os dois metros de largura por pouco mais de três de comprimento. Espaço que não é suficiente, de qualquer modo, para obrigar mais do que duas camas onde em cada noite se deitam, em muitos casos, famílias de onze e mais pessoas. Crianças de dez anos dormem com os pais, irmãos adolescentes, sem distinção de sexos, dormem juntos. É a vida em promiscuidade, com todas as implicações, a nível moral, que daí possam advir.

As paredes, algumas placas de fibrocimento, deixam passar, no Verão, um calor insuportável. No Inverno, não é difícil imaginá-lo, o frio faz-se



Os habitantes da Quinta da Calçada esperam agora uma solução justa para os seus problemas

sentir tanto como na rua.

Como instalações sanitárias, cada casa dispõe de um cubículo ainda mais exíguo que qualquer dos quartos. Uma janela com menos de meio metro de largura garante a renovação do ar. No interior, uma pequena pia é tudo de quanto dispõem os locatários para a satisfação das suas necessidades. Não há banheira, nem duche. Cada banho custa três escudos e as pessoas devem, pa-

ra o efeito, deslocar-se até aos balneários do Juventude União Clube, sitos numa extremidade do bairro.

Quanto a iluminação, ela é assegurada, de dia, por uma pequena janela, a única que é possível rasgar-se nas paredes, tal é a exiguidade das divisões. De noite, uma lâmpada de 25 velas «tem» de ser suficiente para a iluminação de toda a casa. Tudo quanto for além, em matéria de electricidade, da fraca lâmpada é o suficiente para que a casa fique privada de corrente durante seis meses. A sanção foi estabelecida pela Câmara, pelo que nenhum electrodoméstico deve ser usado. Nem um ferro-eléctrico para passar a roupa.

Construídas há 36 anos sem que qualquer reparação tivesse sido feita até hoje, as casas estão, mais do que nunca, impróprias para habitação. Lá dentro chove tanto como na rua. No Inverno, em quase todas elas se podem ver alguidares sobre as camas para recolherem a chuva que cai pelos buracos do telhado.

Mas buracos não os há apenas no telhado: há-os por toda a casa, feitos pelos ratos, em número assustador em todo o bairro. Eles passeiam, gordos que parecem pequenos gatos, pelas camas, pelas mesas. Não há muito tempo, uma mu-

lher descobriu um rato a passear-se sobre a cara do seu filho, um bebé de poucos meses, que dormia. Mais conhecido é o caso de uma outra criança, também de tenra idade, a quem um rato roeu uma

orelha.

Nas ruas, o lixo acumula-se por entre o mato crescido. Ali brincam as crianças, expostas a todos os perigos. Já esta semana foram internadas três crianças com suspeita de cólera. Uma brigada sanitária vi-

sitou a família de cada uma delas, vacinou pais e irmãos e distribuiu comprimidos. Serão estas medidas suficientes para que não apareçam mais casos de cólera no bairro?

A recolha de lixos faz-se no largo junto... ao mercado. Ali, onde se vendem frutas e hortaliças, é quase insuportável o cheiro dos dejectos de toda a espécie que os cães vadios espalham, ao derrubarem os baldes esquecidos pelos serviços de recolha de lixos.

A iluminação pública não existe. De noite, poucos se atrevem a sair à rua. Os próprios motoristas de táxi se recusam a fazer serviços para o bairro. Os casos de roubo sucedem-se.

Para ajudar a esta situação, o posto da PSP que existia à entrada do bairro foi extinto há cerca de três anos. Desde essa altura multiplicaram-se os roubos, as rixas. O edifício que serviu de esquadra é hoje um monte de escombros. No entanto, quando foi pedido para servir de sede aos serviços sociais do bairro, as autoridades competentes recusaram a sua ocupação alegando que continuaria a servir a PSP.

Os serviços sociais continuaram assim a contar como sede com um edifício que apenas se distingue das moradias pelas dimensões e pelas paredes pintadas de cores vivas. Mas as condições do edifício são praticamente as mesmas das barracas a que por ironia se chamam: «casas».

De serviços públicos o bairro dispõe do mercado, com venda de frutas e hortaliças, de duas escolas, cujo estado de conservação é bastante pior que o da maioria das habitações, e do centro social que tem em funcionamento um parque infantil que serve cerca de quarenta crianças.

As crianças em idade escolar têm também acesso a uma «sala de estudo» que funciona numa casa abandonada.

Outros serviços, que são tanto mais necessários quanto é certo o bairro municipal ser pouco mais que um «bairro de latas», não existem. Não há posto de socorros ou enfermagem, nem tão pouco há telefone público.

OS HABITANTES REIVINDICAM

Vivendo nestas condições, os mil e duzentos habitantes do Bairro da Quinta da Calçada viram agora chegado o tempo de se organizarem.

Reunidos por duas vezes em assembleia magna, analisaram as suas condições de vida e elaboraram uma exposição a ser apresentada ao secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

No texto da exposição diz-se que «é urgente que todas as famílias tenham uma casa digna de ser habitada» e pede-se a construção de novas moradias, com melhores condições de salubridade, no próprio local onde hoje estão as barracas.

Dizendo ser «impossível viver em tal inferno», os habitantes do Bairro da Quinta da Calçada pedem, a nível imediato: a realização de obras nas casas existentes e o desdobramento dos casais a viverem em regime de coabitação; o despejo diário dos caixotes de lixo; a desratização do bairro; a limpeza de todos os destroços deixados pela demolição de casas; a lavagem periódica das ruas; a reparação dos esgotos rotos e entupidos; a eliminação dos cães vadios e a remoção dos canos velhos abandonados nas ruas; a montagem de iluminação pública e a remodelação do sistema de iluminação de casas, permitindo a utilização de aparelhos electrodomésticos. Pedem ainda a criação de um Posto Sanitário permanente e que sejam levadas a cabo obras que permitam melhores condições de higiene.

Não é muito, na verdade, o que pedem os habitantes do Bairro da Quinta da Calçada. Pode mesmo dizer-se que a total satisfação da nota reivindicativa que agora apresentam ao Governo não será suficiente para que passem a viver em condições dignas.

Queremos crer, portanto, que os seus problemas vão ser estudados e sanados. A menos que «na política suja seguida pelos senhores do Gabinete Técnico de Habitações» da C. M. L., que denunciam na sua exposição, não pertença já ao passado.



Casa desabitada é casa demolida, na Quinta da Calçada. O resultado de tal medida é bem visível na gravura...

Bairro de Santa Maria

BAIRRO DE SANTA MARIA QUEBRA SILÊNCIO FORÇADO

C-9.1.74
— **E**FECTIVAMENTE, parece haver por aqui alguns casos de injustiça, os quais, em devido tempo, foram postos à consideração superior. Simplesmente, de «cima» nunca se tomou qualquer atitude, o que tem motivado posições de agressividade contra nós por parte dos moradores do bairro, como se nós coubesse a responsabilidade da distribuição das casas — declarou-nos Maria Helena Rarito, superintendente dos Serviços de Acção Social da União das Freguesias do Concelho de Lisboa, à qual pertence o Bairro.

Pois no Bairro de Santa Maria, sábado pelas 15 e 30, várias famílias ocuparam o respectivo Centro Juvenil. «Nós precisamos de uma casa para viver e aquilo não é centro juvenil não é nada, é simplesmente o centro da malandrice, com música, baile e poucas vergonhas até altas horas da noite.» O Centro Juvenil, que os serviços sociais dizer ser ponto de encontro da juventude do bairro, é composto de um pequeno gabinete, uma enorme sala, três pequenas divisões completamente vazias, três quartos de banho e uma cozinha. O aspecto, é de absoluta desarrumação. «Centro da malandrice, é o que é», insistem os desalojados que o ocuparam.

Por sua vez, o Bairro de Santa Maria, onde vivem cerca de três mil pessoas, é composto por 356 casas de pedra e cal, de três e quatro assoalhadas, cozinha e casa de banho com rendas de 200\$00; 49 casas prefabricadas, três assoalhadas, cozinha e casa de banho com rendas de 100\$00 a 200\$00; 88 casas desmontáveis, das quais 44 com três assoalhadas, cozinha e casa de banho, com rendas de 120\$00 a 150\$00; e mais 44 com igual número de assoalhadas, renda de 100\$00, cozinha, mas sem casa de banho. O bairro, destinado a pessoas de condição humilde, não tem uma escola, mas possui um serviço social, jardim infantil, salas de estudo, cantina escolar e posto médico com assistência medicamentosa, esta última inclusivamente a ser prestada também aos já beneficiários da Previdência.



Os Serviços de Acção Social distribuem por 55 dos moradores do bairro subsídios de carácter permanente, que vão de 100\$00 a 500\$00, segundo critérios assentes em condições económicas, com prioridade para as pessoas de idade, que não se bastem a si próprias, desempregadas, doentes, etc. Esses subsídios, nos quais se incluem também os de regime eventual, são cobertos pelo Instituto da Família e Acção Social que, dependente da Direcção-Geral de Assistência e Segurança Social, contribui com a verba anual de 100 contos, e pela União das Freguesias do Concelho de Lisboa a qual, por seu turno, contribui com 70 contos por ano.

Adelaide Florinda, casada, com um filho menor, foi uma das que ocupou o Centro Juvenil e que, após ter sido desalojada, passou a dormir na rua. Declarou-nos que vivia na Pontinha, numa parte de casa onde pagava 900\$00 por mês e que nunca os seus pedidos foram atendidos no sentido de ter uma casa no bairro, pois «as senhoras dos serviços sociais diziam que eu não era legalmente casada, e que, além do mais, tinha apenas um filho». Sua mãe, Maria de Jesus Barroso, a viver no bairro, solidarizando-se com ela, veio a fazer, posteriormente, uma troca: mandou a filha com o neto dormir para sua casa, ficando ela, com cerca de 70 anos, a dormir ao relento.

— Em 1971, aquando da atribuição dos 48 últimos fogos, as pessoas já se tinham manifestado contra a injustiça da distribuição — afirmou-nos ainda a superintendente dos serviços sociais, que prosseguiu: — Nessa altura funcionaram as «cunhas» junto do ex-governador civil de Lisboa, Afonso Marchueta, entidade à qual cabia a decisão final. Nós apenas fazíamos as informações baseadas nos inquéritos socioeconómicos.

E esclareceu mais:

— Ao que sabemos, há casas distribuídas a pessoas que não vivem no bairro e que, ao que parece, nem precisam delas, uma vez que se encontram instaladas fora, noutros bairros ou com os seus familiares...

As pessoas que ocuparam o Centro Juvenil apresentaram-nos as mais variadas queixas. Casos como o de Elvira de Jesus cujo marido, Carlos Alves, não quer, em sua casa, no bairro, o seu filho e a sua nora. Por isso dormem onde calha. «Foi no maldito centro da malandrice que o meu filho arranjou esse problema. Aquilo só serve para isso. Poucas vergonhas, mais nada», exclamou Elvira de Jesus que no Centro de Juventude pretendia, então instalar o seu filho. Casos ainda de promiscuidade, como o de Maria Alice Marques, seu marido, dois filhos, sogra e sogro, e ainda quatro sobrinhos em apenas dois quartos. «A minha sogra — declarou-nos — há cinco anos que dorme em cima de uma mala.»

Bairro de Santa Maria, gente a dormir ao relento. Gente a reclamar por uma casa de banho. Um mundo até agora silenciado e a rebentar clamorosamente pelas costuras.

Casal Ventoso

BAIRROS DE LATA

D4/26-5-74

DEPOIAMENTOS DE HABITANTES DO CASAL VENTOSO

Alguns de nós não conhecem o Casal Ventoso, esse amontoado de lata e tábuas apodrecidas, onde vivem crianças lindas, por entre montes de lixo e miséria: Crianças que dormem com os pais, no mesmo leito ou no mesmo «quarto» (divisão única de suas «casas»), quando o vento e a chuva lho permitem. Crianças que não têm água para se lavarem: a fonte fica longe e, muitas vezes, haver água para beber é uma sorte. Crianças doentes, cobertas de moscas. Crianças a quem acontece, com certa frequência, não terem de comer.

E urgente conhecer o Casal Ventoso, onde moram adultos envelhecidos pela fome e pelas agruras do tempo. Trabalhadores sem pão, vítimas indefesas de um regime que os oprimiu, da exploração desenfreada dos capitalistas que lhes comeram a carne e deixaram os ossos.

— Eu estava grávida de oito meses e deixaram-me no meio da rua — conta-nos Aida de Sousa Veiga, de 26 anos, casada e doméstica. — Deitaram-me a barraca abaixo. Durante a noite, o meu marido voltou a pôr-me de pé, mas os polícias vieram outra vez e destruíram-lhe todo o trabalho. Depois, foi chamado, respondeu em tribunal e apanhou dois anos com pena suspensa. Tivemos de pagar à Câmara uma multa de dois contos e quinhentos. Fomos obrigados a pedir dinheiro emprestado, empenhá-mo-nos...

E prossegue:

— Mais tarde, vieram fazer outra revista e a barraca estava de novo erguida. Mandaram tirá-la de um local e mudá-la para outro sítio, ali ao pé. Mas, mesmo assim, tive muitas vezes de tirar do comer para lhes «untar as unhas».

Por seu turno, Manuel Alberto de Oliveira, solteiro, de 24 anos, carpinteiro, acrescenta:

— Olhe, ninguém melhor do que nós — e temos quase todos a mesma profissão — poderia construir barracas menos desconfortáveis do que estas. Mas, qual quê: se as não fazemos de noite, em poucas horas, eles vêm e derrubam-nas... Pois se as atiram abaixo mesmo quando estão feitas...

Um inquérito que urge fazer-se

Enquanto prossegue a **caça ao «pide»**, o povo parece esquecer-se (esquecer-se-á?) de outros criminosos maiores: aqueles cujos interesses a sinistra polícia política defendia. Américo Tomás e Marcelo Caetano, por exemplo, cuja sorte, mesmo depois de serem desalojados dos postos onde dirigiam a repressão fascista, tem sido bem diversa da dos habitantes do Casal Ventoso. Primeiro, instalados num confortável hotel da Madeira; depois, no Brasil — com estadia, em

S. Paulo, no luxuoso Hotel Hilton — como exilados políticos.

Mas, ao que nos contaram, certos esbirros não serviam só o fascismo — serviam-se a eles próprios. Quando é que o Governo Provisório ordena um inquérito a tais actos?

Aida de Jesus Veiga:

— **Uma vez, um polícia disse-me que se lhe desse cinco contos me arranjava uma casa. Respondi-lhe que, a tê-los, não moraria aqui. Eles fazem os bairros para os pobres e depois metem lá doutores e engenheiros, com ordenados para cima de 10 e 15 contos, como aconteceu no Bairro Padre Cruz. Nós temos apenas dois contos e tal por mês, para vivermos, mas se me dessem uma casinha sujeitava-me e fazia sacrifício para pagar 300 ou 300 e tal escudos.**



Fazemos-lhe notar que o mal vem logo dos salários, os quais não têm estado sequer ao nível do mínimo de subsistência que os capitalistas atribuem àqueles que, totalmente divorciados da propriedade, são obrigados a vender-lhes a sua força de trabalho.

Então, a nossa interlocutora declara-nos, indignada:

— O meu marido farta-se de trabalhar e o ordenado fica sempre na mesma. Eles dizem não o podem aumentar, porque a vida está assim, a vida está assado. Que para eles ainda está pior do que para nós. No entanto, o meu marido ganha 130 escudos por dia na construção civil e eu vi as casas, aqui em Campolide, aumentarem de 1110 escudos para 5 contos, em quatro anos... Afinal, podem ou não podem?

«Eles para aí vão andando, coitados...»

Ali, naquela parcela do Casal Ventoso, o caso mais fla-

Benvinda Ribeiro, casada, de 22 anos, doméstica e «mãe de dois filhos» abana a cabeça, em sinal de assentimento, ao ouvir as palavras da vizinha. Depois, queixa-se:

— **Eu só tenho uma divisão. O meu filho mais velho dorme comigo e com o meu marido e o outro fica na cama pequena. Ali mesmo fazemos o comer, mas tenho de usar um candeeiro a petróleo até durante o dia, tal é a escuridão lá dentro. As trazeiras da barraca estão cheias de entulho. Um dia destes a taipa rebenta e ficamos mortos de baixo daquilo tudo.**

Novamente Aida de Jesus Veiga:

— **Eu queria apenas zelar pela educação e pelo futuro dos meus dois filhos. As crianças aprendem o que não devem aprender e vêem o que não devem ver. Se dessem uma casa à gente...**

grante de miséria — embora todos os outros também o sejam — ainda é o de Joaquim Rodrigues, de 75 anos, casado. Diz-nos ele:

— **Vim da terra, em Trás-os-**

Montes, porque não conseguia viver lá. Foi há cinco anos com setenta, já não podia co o trabalho nem tinha quem n desse. Olhe, cá estou... Só posso contar com um filho que e

á no «Julio de Matos» e trabalha de longe em longe, ganhando 60 escudos por dia...

Quisemos saber como costumavam. A resposta veio de Maria Louvem, casada, de 39 anos:

— De vez em quando, dávamos aos velhotes uma tijela de sopa. Mas não pode ser todos os dias, pois também nós temos dificuldade em arranjar que «trincar»... Eles para aí vão andando, coitados...

E vem a revelação:

— Às vezes, nem sei onde obter os 50 escudos que pago, mensalmente, à Câmara, para aqui ter a barraca... — lamenta-se-nos Joaquim Rodrigues.



A pergunta surge, natural: onde veio e porque veio a gente que vive naquele pedaço do Casal Ventoso?

— Viemos todos de Trás-os-Montes — dizem-nos. — Nas nossas terras não tínhamos condições de vida. No Inverno, a maior parte de nós não trabalhávamos por causa das chuvas e não havia dinheiro para comer. Além de tudo o mais, os salários eram muito baixos.

Maria Carmen Correia, de 17 anos, solteira, empregada numa fábrica de rebuçados:

— Já moro aqui há 12 anos. Lá ganhava-se muito pouco e os meus pais tiveram de vir para Lisboa. Os salários deles chegaram a ser de 2\$50, a minha mãe, e 5\$00, o meu pai. Mas agora já não há «galinhas gordas» para os «grandes» que os exploravam...

— Por vezes, trabalhava-se o dia completo, mas chovia, vinha-se para casa e eles não pagavam o dia, porque o trabalho já estava feito — atalhou

Aida de Sousa Veiga. — Havia lá milionários de mil, duas mil e mais pipas de vinho, mas sempre pensaram neles, só neles e não naqueles que necessitavam. Só se lembravam do pobre na época do calor, do trabalho, quando tinham o serviço por fazer. De Inverno, não queriam saber de nada...

— E não havia pequenos proprietários? — Perguntámos.

— Sim, existem pessoas que têm trabalhos pequenos. Alguns milionários também alugam terrenos às pessoas mais pobres para elas grangearem qualquer coisa. Mas tudo quanto se colhia era a meias.

E Aida de Sousa Veiga prossegue:

— Apesar de tudo, eram os mais pequenos quem pagava melhor: tinham o trabalho por fazer e queriam lucrar alguma coisa ao fim do ano. Eu ganhava lá 22 escudos por oito a doze horas diárias, numa cooperativa. Quando fazíamos noite e dia, pagavam-nos 37\$50.

Maria Jovem (39 anos):

— Eu ganhava, ainda não vai há muito tempo, cinco escudos comidos, a vindimar. Mais tarde, fui servir e cheguei a receber 30 escudos por mês.

Maria Carmen Correia (17 anos):

— Também eu fui servir, há quatro anos. Pagavam-me 300 escudos por mês, mas era mui-

to nova e vim-me embora. Depois fui ganhar 20 escudos por dia e agora recebo 60, mas faço trabalho de homem, tal como as outras minhas colegas. Já pedimos mais e se não nos dão, fazemos greve. Pode lá ser uma coisa assim... Os rebuçados vendem-nos eles ao preço que querem...

Outra vez Aida de Sousa Veiga:

— Repare que o que eu lhe estou a contar aconteceu apenas há sete anos. No campo, os homens ganhavam 45 escudos, de sol a sol. As mulheres, 10 escudos.

Outra vez a D. Cilinha

Certos meios, ligados ao regime fascista, puseram a circular que os habitantes de barracas estavam habituados à imundice e não queriam viver em casas. A esses indivíduos — a quem ouvíamos dizer frequentemente, com desprezo, «são do Casal Ventoso...», «paresces do Casal Ventoso», etc. — quisemos que fossem os próprios habitantes do «gl. etto» a responder:

Aida de Sousa Veiga:

— Houve uma reunião, recentemente, onde expusémos o nosso problema, o qual, garantiram-nos, seria levado à Junta de Salvação Nacional. Ficámos de lá ir outra vez. Depois logo se vê... Muitos não quiseram ir, por causa de receberem rendas altas que não podiam pagar. Criticaram-nos, até, mas estou certa de que ninguém gosta de viver nestas condições. Todavia, as rendas...



Benvinda Ribeiro:

— O meu marido também lá esteve. Eu já não peço por mim, mas pelos meus filhos. Umas vezes andam bem outras mal, as crianças aqui não podem ter saúde.

Manuel Alberto de Oliveira:

— Sabe, eu não moro aqui, vi cá só de visita. Vivo na Musgueira. Mas sabe como a D. Cilinha distribui as casas? Vem um com um presunto «aqui está D. Cilinha!...», outro traz quatro contos. Ainda houve outro que pagou sete contos... E mais: se vamos ao posto e pomos um penso, obrigam-nos logo a pagar cinco tostões...

E uma criança:

— Gostavas de ter uma casa?

— Gostava muito.

— Com água...

— E luz... Gostava tanto...

Será desta vez que se vai olhar para a gente do Casal Ventoso?

D

Domingo, 26 de Maio de 1974

Chelas – Ocupações



Habitantes de Chelas em Belém para explicar a ocupação das casas

MIL PESSOAS OCUPAM 23 BLOCOS EM CHELAS

Cerca de mil pessoas que moravam em bairros de lata ocuparam, esta manhã, 23 blocos de Chelas que se encontram vazios há cerca de dois anos. Em seguida dirigiram-se a Belém para explicar a representantes da Junta de Salvação Nacional as razões e trâmites da atitude.

EAD-1015174

(PAGINA 24)

A ocupação de 23 blocos residenciais em Chelas, ainda em fase de construção, por mais de um milhar de pessoas que habitavam bairros de lata na periferia de Lisboa, constituiu uma das operações de iniciativa popular mais curiosas que se têm registado nos últimos tempos. Entretanto, e visto que o caso se reveste das mais variadas complicações a nível de Previdência, estiveram reunidos ao fim da tarde de ontem, no Gabinete Técnico da Habitação, o director deste departamento, representantes das várias instituições que promoveram a construção dos imóveis, e o delegado da J. S. N. nomeado para o efeito, os quais se debruçaram durante várias horas sobre a análise do problema.

MORADORES DE CHELAS OCUPAM PRÉDIOS INACABADOS COM SORRISO EM V

CAP 10/5

Os operários de construção civil que trabalham espalhados pelos 510 hectares que compreendem o «plano de Chelas», puseram de lado as preocupações e as ferramentas para testemunharem o desusado espectáculo: centenas de pessoas, em grupos ou isoladas, famílias inteiras, deslocando trouxas e tarecos, invadiram os edifícios e instalaram-se com um sorriso de vitória (em V) por todos os andares dos 23 edifícios, a maior parte dos quais numa fase de construção bastante atrasada.

— Esta, já é minha — gritou Filomena Pereira, viúva, de 43 anos, vendedora de tapetes de trapo, depois de azeda discussão travada com uma vizinha que também se achava com direito à ocupação do mesmo apartamento.

— Duas já cá cantam e ninguém tem o direito de me desalojar. Uma é para mim e a outra para a minha irmã. Durante meio ano dormimos debaixo das oliveiras, com a minha filha grávida de cinco meses. Prometeram-nos uma casa quando a minha barraca foi destruída pelo fogo e até hoje não resolveram nada. Decidi resolver eu, e não saio daqui — afirmava revoltada Filomena Pereira, no quarto andar de um dos blocos, ainda sem portas nem janelas. Apenas o tijolo revestido de cimento.

Maria Odete Monteiro Araújo, de 30 anos, a viver com António Gomes Monteiro, protestava energicamente contra o procedimento daquelas pessoas que se empenhavam em ocupar casas para familiares e amigos.

— Não há direito lamentou-se. Corri tanto, e tenho de regressar à barraca com os meus seis filhos, o mais velho com 12 anos e o mais novo com 5 meses. Somos 9 pessoas a dormir numa miserável barraca de madeira, já apodrecida. E ninguém nos acode.

Mas não foi apenas esta mãe de 6 filhos a relatar-nos a sua desdita. Muitas outras pessoas tiveram de voltar à humilde barraca, onde a vida, apesar de humilhante, continua. Com um filho nos braços, Fernanda Velez Gols, de 23

anos, também se contava entre as que não foram contempladas pela sorte.

— Ainda hoje fui ao posto da Polícia de Palhavã, onde expus o meu problema. Responderam-me que não vinha nenhum mal ao mundo só porque a minha filha dormia na nossa cama!

Critério de distribuição

SEGUNDO refere o «Diário Municipal» de 18 de Dezembro de 1972, as habitações municipais são atribuídas exclusivamente a moradores de barracas ou prédios municipais atingidos por obras de urbanização, moradores de prédios municipais em ruína ou sem condições de habitabilidade, quando estas situações forem devidamente comprovadas pelos serviços camarários competentes, e a funcionários municipais segundo regulamento que, na altura, ainda não tinha sido publicado.

O caso da «tomada» do bairro de Chelas poderá complicar-se, na medida em que os 23 blocos ainda em construção não pertencem apenas à Câmara Municipal de Lisboa e ao Fundo de Fomento da Habitação, mas também à Caixa Nacional de Pensões, aos Serviços Sociais das Forças Armadas, Caixa Geral dos Tribunais do Ministério da Justiça, Caixa de Previdência das Forças Armadas, Montepio da P. S. P. e Caixa de Previdência da P. S. P., num total de 2170 habitações, pertença dos associados daquelas instituições.

De acordo com as declarações que nos prestou o engenheiro civil Ruy Martinho Poole da Costa, director do Gabinete Técnico da Habitação, «não é à Câmara que competiria a substituição das barracas existentes na cidade, por casas».

— Todavia — esclareceu-nos — a Câmara tem feito um esforço que permitiu eliminar 2570 barracas, desde Maio de 1970, até Dezembro de 1973. Além do problema da demolição de barracas, houve que deitar abaixo outras construções



«Barracas seriam preferíveis às casas que a Câmara aluga aos habitantes do Bairro da Amendoeira»



«Barracas seriam preferíveis às casas que a Câmara aluga aos habitantes do Bairro da Amendoeira»

ção não pertencem apenas a Câmara Municipal de Lisboa e ao Fundo de Fomento da Habitação, mas também à Caixa Nacional de Pensões, aos Serviços Sociais das Forças Armadas, Caixa Geral dos Tribunais do Ministério da Justiça, Caixa de Previdência das Forças Armadas, Montepio da P. S. P. e Caixa de Previdência da P. S. P., num total de 2170 habitações, pertença dos associados daquelas instituições.

De acordo com as declarações que nos prestou o eng.º civil Ruy Martinho Poole da Costa, director do Gabinete Técnico da Habitação, «não é à Câmara que competiria a substituição das barracas existentes na cidade, por casas».

— Todavia — esclareceu-nos — a Câmara tem feito um esforço que permitiu eliminar 2570 barracas, desde Maio de 1970, até Dezembro de 1973. Além do problema da demolição de barracas, houve que deitar abaixo outras construções

CASAS CAMARÁRIAS AMEAÇAM VIDA DE SETE FAMÍLIAS

POR pouco mais de 300 escudos mensais, as sete famílias que habitam as casas da Câmara Municipal de Lisboa na Vila da Amendoeira, Bairro da Liberdade, em Campolide, junto ao acesso que conduz à auto-estrada para o Estoril, desfrutam das piores condições de habitação, numa promiscuidade involuntária, repartindo-se entre dois compartimentos os membros numerosos de cada família. Moram lá há cerca de sete anos, num prédio antigo e labiríntico, dividido por escadas, sótãos e andares irregulares. A casa propriamente é só uma, e dispõe apenas de uma retrete no rés-do-chão que, continuamente, está entupida pela deficiência dos esgotos. Água canalizada não há e é preciso ir buscá-la a uma torneira pública em torno da qual se concentram tanques de lavar roupa para utilização de todo o bairro da Amendoeira.

O tecto baixo e húmido da casa, o soalho salpicado de fendas, as paredes descoladas umas das outras, as janelas partidas representam ainda um perigo para quem lá habita. A habitação está condenada, e os bombeiros municipais já deram o seu parecer: tudo aquilo ameaça ruína.

— Há três anos os moradores fizeram um requerimento à Câmara solicitando obras de reparação ou a transferência para o Bairro da Quinta do Morgado. Preenchemos todos os papéis mas ainda hoje estamos à espera de resposta — diz Maria

A ocupação indevida de casas de bairros sociais focada numa nota oficial

A Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo distribuiu ontem, aos órgãos da Informação, a seguinte nota:

«Em 10 de Maio passado, publicou a Junta de Salvação Nacional um comunicado pelo qual se garantiu, às famílias que haviam ocupado alguns dos bairros sociais, o direito a permanecerem nas casas ocupadas quando concluídas. Como resultado dessas ocupações de mais de milhar e meio de casas, não se pode contar, no futuro próximo, com mais habitações para distribuir pelas várias entidades públicas na região de Lisboa e também no Porto — com excepção de alguns bairros não ocupados, cujas casas se encontravam em obras ou já em distribuição por concurso. Por esta mesma razão, a Junta de Salvação Nacional afirmou no mesmo comunicado de 10 de Maio que quaisquer ocupações posteriores seriam impedidas e às famílias que o tentassem fazer não poderiam ser já reconhecidos direitos a habitações no local.

Com efeito, sabia-se já então que o processo, a continuar, levaria a um risco cada vez maior de conflito entre os ocupadores e os que aguardavam a conclusão das obras ou os concursos de atribuição para esses mesmos bairros. Esses riscos manifestaram-se já então em Odivelas, onde a ocupação se deu com prejuízo de famílias ainda vítimas das cheias de 1967, a quem as casas ocupadas se destinavam.

Alguns moradores, mas também agora instigadores reaccionários, têm no entanto continuado a incitar populações necessitadas a prosseguir nas ocupações, parecendo mais interessados em provocar o enfrentamento, não só de populações necessitadas entre si, mas também com o Governo Provisório e com as Forças Armadas.

Alguns destes bairros encontram-

se ainda em fases atrasadas de construção, pelo que a invasão das obras tem ainda o inconveniente de não as deixar prosseguir. Noutros casos, trata-se de casas antigas de propriedade da Camara que se destinam a demolição, por razões de obras ou de segurança.

Tem o Governo conhecimento de ocupações realizadas nas últimas semanas, em vários locais, as quais «não podem já ser sancionadas nos termos da determinação da Junta de Salvação Nacional», pelo que convida as famílias que as ocuparam após o dia 10 de Maio a deixarem voluntariamente as casas, tão cedo quanto possível.

Esta forma de agitação é de facto fácil quando se sabe a multidão das necessidades e a pesada herança de impossibilidades em as satisfazer imediatamente, como a opinião pública o exige.

A Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo mais não pode fazer neste momento do que propor às Camaras ou serviços delas dependentes que procedem ao rigoroso registo dessas famílias, para poderem concorrer em futuros programas de realojamento.

Entretanto, vai dar-se início a várias operações de saneamento e reconstrução de bairros de lata e clandestinos, onde as populações começaram a organizar-se em cooperativas para esse fim.

Repete-se, assim, o apelo a elementos porventura exteriores às populações que, desde 10 de Maio, vêm ocupando casas, para se juntarem às brigadas que se estão a organizar para apoiar positivamente os moradores na melhoria das suas condições de vida e sem prejudicar pela invasão, já violenta em alguns casos, outras famílias não menos necessitadas das casas para que se inscreveram nos termos legais.»

NO BAIRRO DA MUSGUEIRA

MORADORES DESCONTENTES COM AS ACUSAÇÕES PÚBLICAS AO CENTRO SOCIAL

DN.
16-5-24

A propósito da reportagem que anteontem publicámos sobre o Bairro da Musgueira, chegou á nossa Redacção a seguinte carta, subscrita por 387 pessoas:

«Um grupo de moradores, que tem a certeza de representar a imensa maioria da população do Bairro, vem protestar contra as acusações falsas ou as meias verdades feitas por alguns elementos da população. Admiramo-nos que só se tenham apontado os aspectos negativos do Bairro e atribuído ao Centro a culpa deles.

E' verdade que existe ainda bastante miséria em cerca de 100 barracas das 1000 que compõem o Bairro. Mas sabemos quanto o Centro tem lutado junto das autoridades para as remediar. Graças á influência do Centro, já a Camara Municipal construiu prédios para 223 famílias do Bairro e mais 140 estão em construção. O Centro construiu uma creche para os nossos filhos e vários edifícios onde funcionam o serviço social, salas de estudo para 1200 crianças, posto médico, salão-capela, associação cultural e recreativa e uma cooperativa dirigidas por nós.

Particularmente injustos e caluniosos nos pareceram os ataques á D. Cílinha, pessoa que há oito anos vem dedicando ao Bairro o melhor do seu esforço. Julgamos que os manifestantes entrevistados não representam de nenhuma forma a opinião do Bairro.

É falto que o Centro tenha tido qualquer intervenção no caso das barracas inundadas, ou tenha ameaçado tirar a casa seja a quem for; o Centro arranja casas para as pessoas, não é sua missão pô-las fora. Quando uma família é transferida para os prédios, há ordem da Camara para deitar a barraca abaixo na intenção de acabar com elas, ou se está em boas condições, de mudar uma família de uma barraca em pior estado e demolir esta.

Distribuíram-se, pelos mais necessitados, colchões e cobertores oferecidos

ou comprados muito baratos e que ás vezes eram vendidos por quem os recebia.

Os monitores pagos são quem garante o funcionamento do Centro, que sem eles não poderia funcionar. Sabemos que são pagos pela Misericórdia.

São ridículas e caluniosas as afirmações no sentido de comprar a D. Cílinha, que sabemos já ter dado muito do seu dinheiro para o Bairro.

Sabemos também que o terreno do Bairro foi comprado pela Camara para alojar os desalojados da ponte sobre o Tejo. Protestamos contra toda uma sociedade que trata tanta gente desta maneira, mas o Centro é que não tem culpa nenhuma. Fazemos ardentes votos para que o novo Governo consiga acabar com as barracas em Lisboa e continuamos a confiar que o Centro colabore connosco nesta luta pelos nossos direitos.»

Os acontecimentos no bairro do Vale do Fundão

A propósito dos acontecimentos verificados na zona abrangida pelo Plano de Realojamento do Vale do Fundão, um grupo de sócios auto-construtores do respectivo Bairro elaborou e divulgou um comunicado destinado a esclarecer todos os seus moradores e a opinião publica, denunciando a acção nefasta dos elementos responsáveis por esses acontecimentos, muitos deles estranhos ao bairro, «que não pretendem resolver os problemas das pessoas mas simplesmente a desorganização geral».

Ao fazê-lo, alertar as pessoas englobadas no Plano de Realojamento «para que estejam atentas ás manobras das forças de reacção, que só as pretendem iludir e não se preocupam com a resolução dos seus problemas», e apela para o civismo da população do Vale do Fundão e para a sua colaboração ordeira na resolução dos problemas por todos sentidos.

Índice

Bairro da Quinta da Calçada.....	1
Bairro de Santa Maria.....	7
Casal Ventoso.....	9
Chelas – Ocupações.....	16
Musgueira.....	20